



67

DATA DA REUNIÃO: VINTE E OITO DE MARÇO DE DOIS MIL E DOZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZ HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS.-----



A

7

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

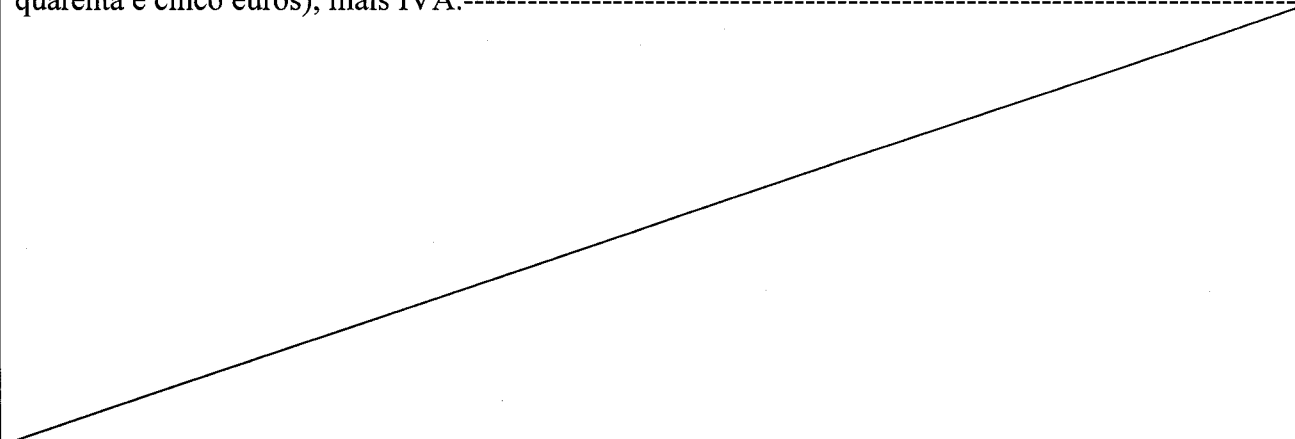
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Para conhecimento da atividade da câmara municipal, o senhor presidente deu conhecimento dos despachos a seguir referidos, por si proferidos ao abrigo da competência própria:

- Despacho de vinte e sete de outubro último, que autorizou a realização de trabalhos na empreitada denominada “Construção da capela mortuária de Vilarinho”, celebrado em vinte e cinco de julho de dois mil e onze, para suprimento de erros e omissões do caderno de encargos, cujo valor é de 5.466,75 € (cinco mil quatrocentos e sessenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos) mais IVA (1º adicional).-----

O contrato inicial foi celebrado pelo valor de 94.592,07 € (noventa e quatro mil quinhentos e noventa e dois euros e sete cêntimos), conforme despacho do presidente da câmara municipal de quatro do mesmo mês de julho, que adjudicou a empreitada à sociedade Gabinete Técnico de Ribeirão Lda.-----

b) Despacho de doze do corrente mês de março, que adjudicou à sociedade Famavias – Sociedade de Construções Lda a empreitada denominada “Beneficiação da rua do Bombeiro Voluntário – Vila das Aves”, pelo preço de 54.595,00 € (cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e cinco euros), mais IVA.-----

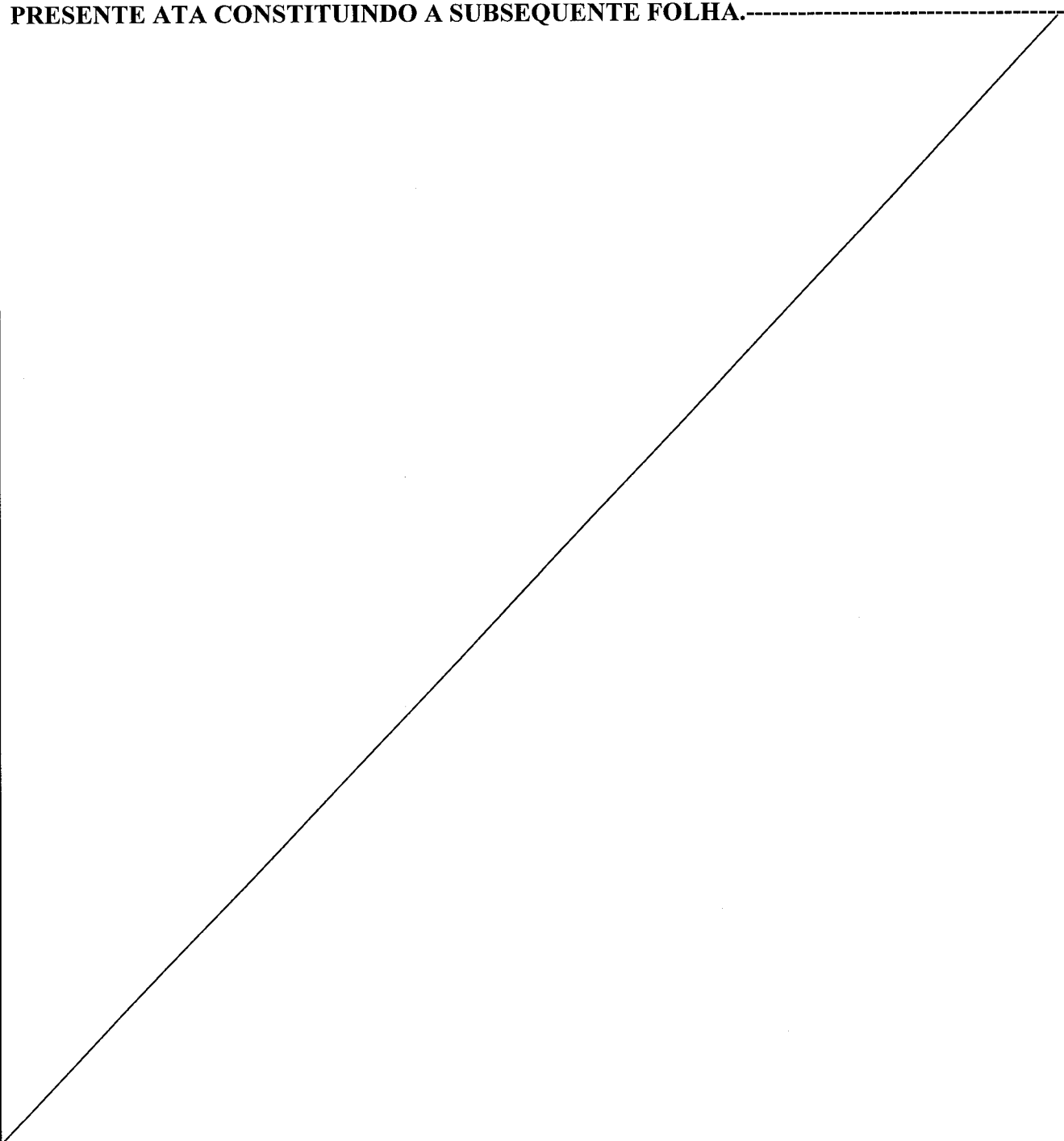




Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----



REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28/MARÇO/2012 – ATA Nº 7

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 14/03/2012
- 2 – Empreitada: “Parque Urbano da Ribeira do Matadouro – 1ª fase”: Autorização da cessão de posição contratual para a sociedade Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 3 – Conção da intervenção na Praça Camilo Castelo Branco e área adjacente: Aprovação do Estudo Prévio
- 4 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços
- 5 - Protocolo de colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a Universidade do Porto, no âmbito do projeto denominado Universidade Júnior de Verão – 2012: Aprovação
- 6 – Proposta de parecer prévio genérico relativo à celebração de contratos de aquisição de serviços
- 7 – Outros subsídios
- 8 – Processos de obras particulares

Santo Tirso, 23 de março de 2012

O Presidente,



4





A

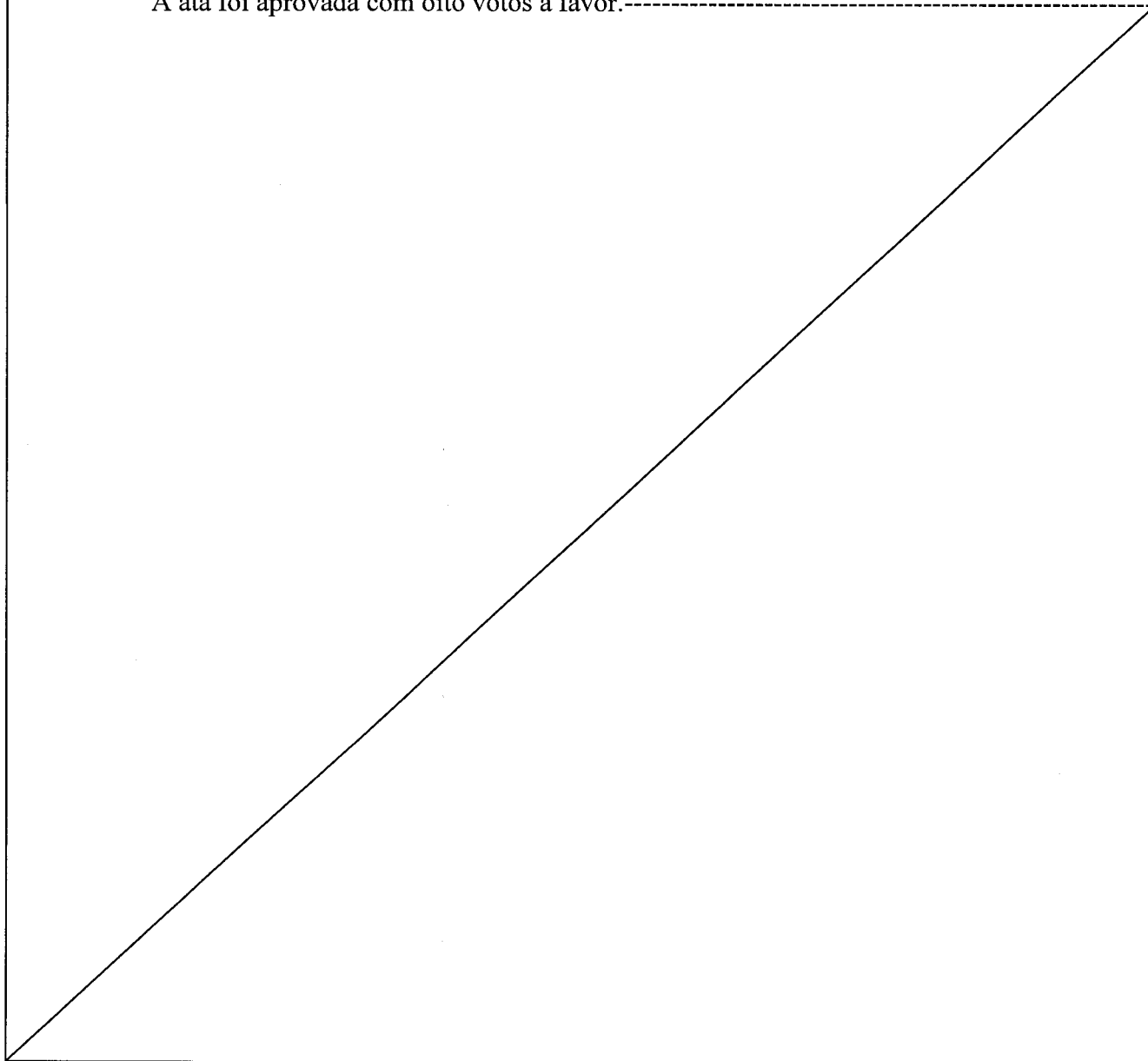
7

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (14/03/2012).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia catorze do corrente mês de março, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----





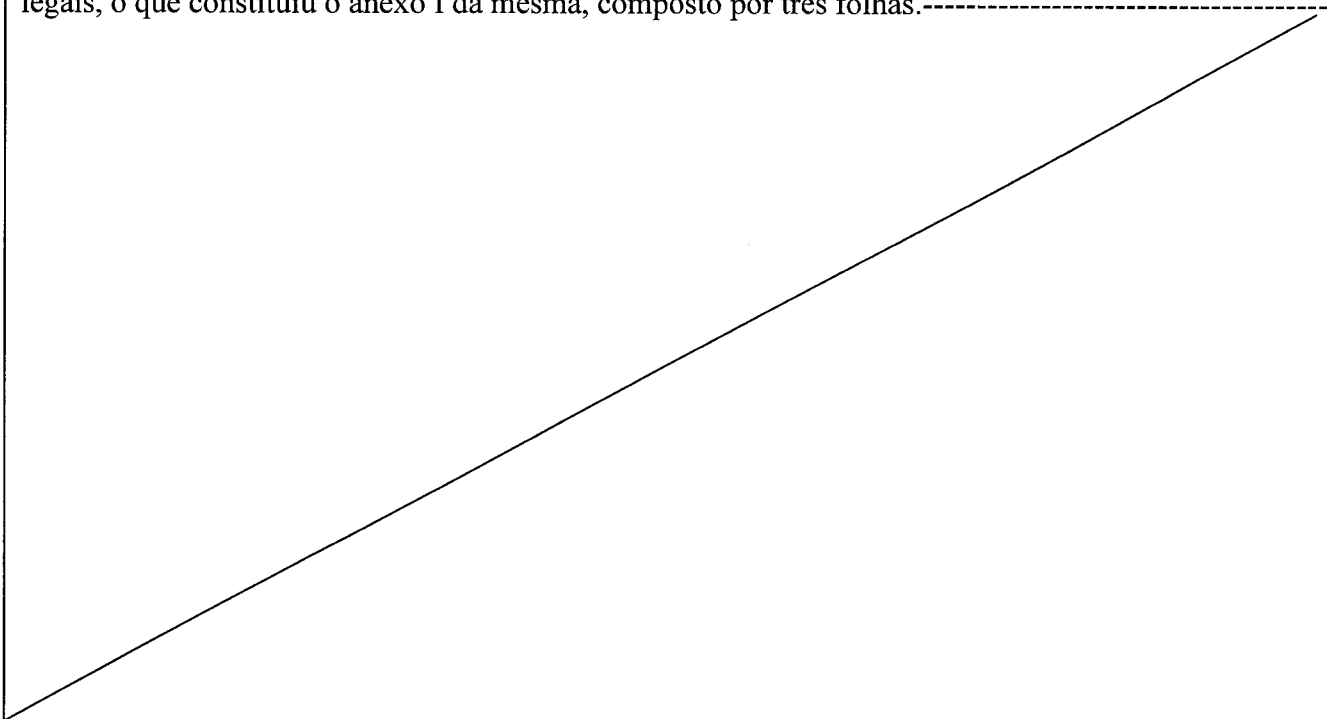
A
7

2. EMPREITADA: “PARQUE URBANO DA RIBEIRA DO MATADOURO – 1ª FASE”: AUTORIZAÇÃO DA CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL PARA A SOCIEDADE CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho de dezanove do corrente mês de março, do senhor presidente da câmara, proferido ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que autorizou a cessão da posição contratual da adjudicatária no contrato da empreitada acima referida, para a sociedade Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal e informou que a cessionária apresentou no dia vinte e três do corrente mês de março declaração conforme minuta anexa àquele despacho, bem como declaração com indicação dos responsáveis pela orientação da obra.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o referido despacho, do qual se anexou cópia à minuta da presente ata e dela ficou a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, o que constituiu o anexo I da mesma, composto por três folhas.-----



[Handwritten signature]

3. CONCEÇÃO DA INTERVENÇÃO NA PRAÇA CAMILO CASTELO BRANCO E ÁREA ADJACENTE: APROVAÇÃO DO ESTUDO PRÉVIO.-----

Presente informação conjunta dos diretores dos departamentos de obras municipais e de planeamento e de habitação, de doze do corrente mês de março, registada com o número três mil duzentos e três, a remeter a conceção e Estudo Prévio para o projeto de requalificação urbanística da Praça Camilo Castelo Branco e área adjacente, que abrange uma área de intervenção de 14.714,17 m² (catorze mil setecentos e catorze vírgula dezassete metros quadrados).-----

Nesta fase, estima-se que a intervenção ascenda a um valor global de obra no montante de 1.344.686,40 € (um milhão trezentos e quarenta e quatro mil seiscentos e oitenta e seis euros e quarenta cêntimos).-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A intervenção em causa consta do PPI aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de dezanove de dezembro último (projeto/ação – 54/2006/120), com uma despesa de investimento total prevista de 777.043,34 € (setecentos e setenta e sete mil e quarenta e três euros e trinta e quatro cêntimos);-----

Não obstante a estimativa orçamental da obra ser de valor superior ao que consta do PPI, a revisão ao Plano Plurianual de Investimentos apenas se afigura oportuna aquando da aprovação da fase do projeto de execução, que deve incluir, entre outros elementos necessários, orçamento baseado nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere aprovar o referido Estudo Prévio, nos termos da aludida informação e das peças desenhadas que acompanham a mesma, das quais se juntam cópias à presente ata, e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos I e II da mesma (desenhos 01 e 02, com a referência C-547, de março/2012, correspondentes à planta de trabalho e planta de síntese).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

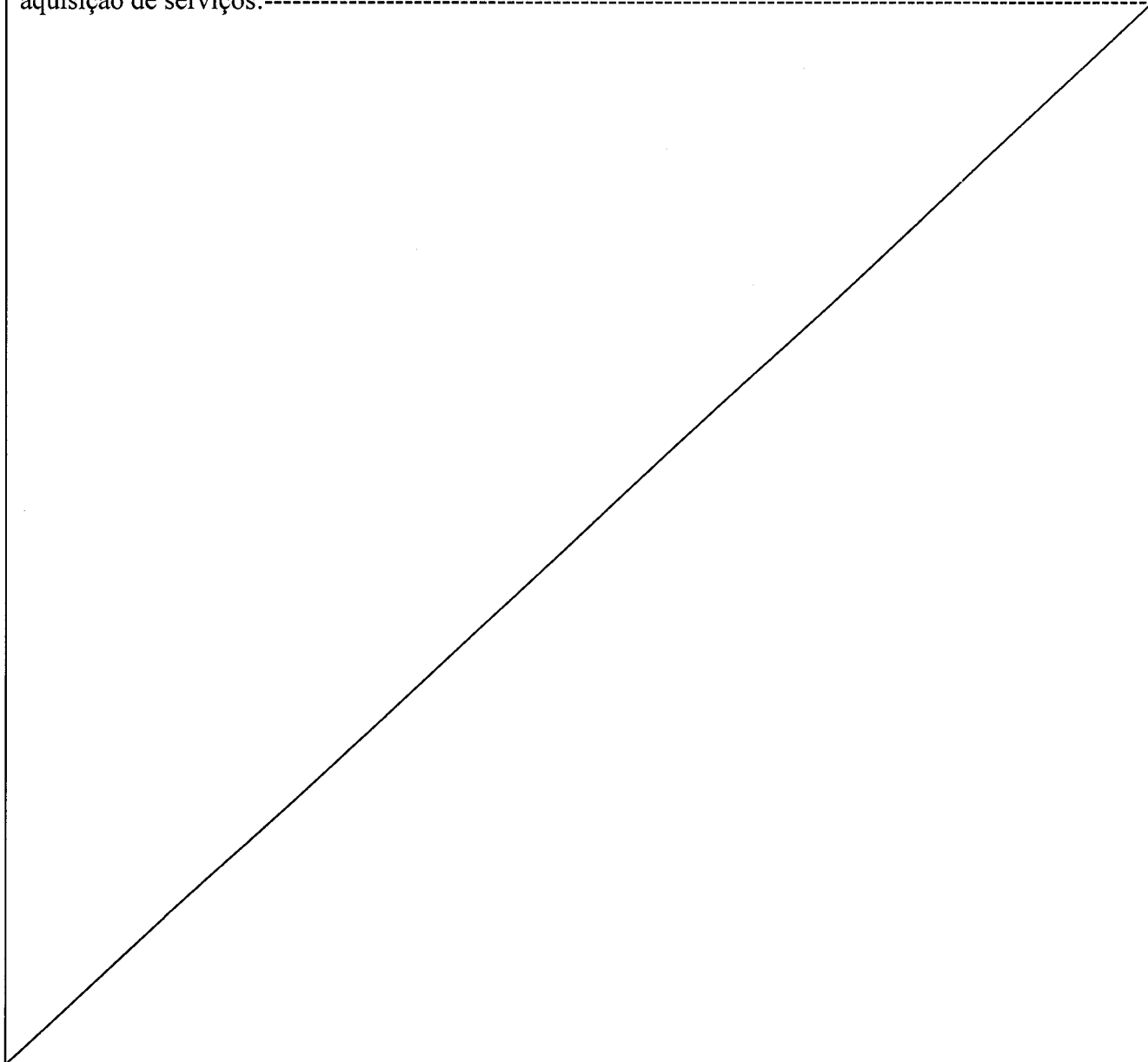


A

7

**4. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e doze, deliberasse dar parecer favorável à celebração ou renovação dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----





A

7

**4. A) CELEBRAÇÃO DE DOIS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TENDO POR OBJETO A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A
REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA PRAÇA CAMILO CASTELO BRANCO E ÁREA
ADJACENTE, NO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO PRÉVIO APROVADO POR
DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DESTA DATA.-----**

Presente informação do diretor do departamento de planeamento e habitação, de vinte e dois do corrente mês de março, registada com o número três mil duzentos e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração dos contratos referidos na aludida informação técnica, designadamente um contrato de prestação de serviços para elaboração do projeto de arquitetura, desenho urbano e pormenorização relacionada, com a sociedade João Álvaro Rocha, Arquitectos S.A., e um outro contrato de prestação de serviços com a obrigação de assegurar o cálculo e pormenorização de todas as redes infraestruturais afetadas e novas a dimensionar, planos e projetos de especialidade previstos na legislação em vigor, a celebrar com a empresa ATKINS Portugal.-----

As despesas estimadas com a celebração dos referidos contratos de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010401, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimentos orçamental números 1156/2012 e 1157/2012, ambas desta data.-----

Considerando que dos referidos contratos resultarão compromissos plurianuais, o senhor presidente propôs ainda, para cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que a presente deliberação fosse remetida à assembleia municipal para ratificação.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

4. B) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO “CONFRARIA DAS ÁRVORES UNIDAS” A REALIZAR DE ABRIL A JUNHO DE DOIS MIL E DOZE.-----

Presente informação da chefe da divisão de planeamento ambiental e proteção civil, de dezasseis do corrente mês de março, registada com o número três mil duzentos e sessenta e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, que tem como objetivo promover a sensibilização para a importância da árvore, estimular a criatividade e o imaginário associado à árvore/floresta e fomentar os afetos para com os espaços verdes e os seus habitantes, através de sessões animadas de conto.-----

O contrato será celebrado com a Associação Tenda de Saias, com sede na rua da Alegria, n.º 341, da cidade do Porto e a ação objeto do contrato a celebrar é dirigida a todos os jardins de infância do concelho, com cerca de 1.000 destinatários.-----

As despesas estimadas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020220, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 960/2012, de doze do corrente mês de março.-----

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse ratificar todos os atos já praticados no respetivo procedimento, nomeadamente o seu despacho de sete do corrente mês de março, que decidiu a abertura do respetivo procedimento.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



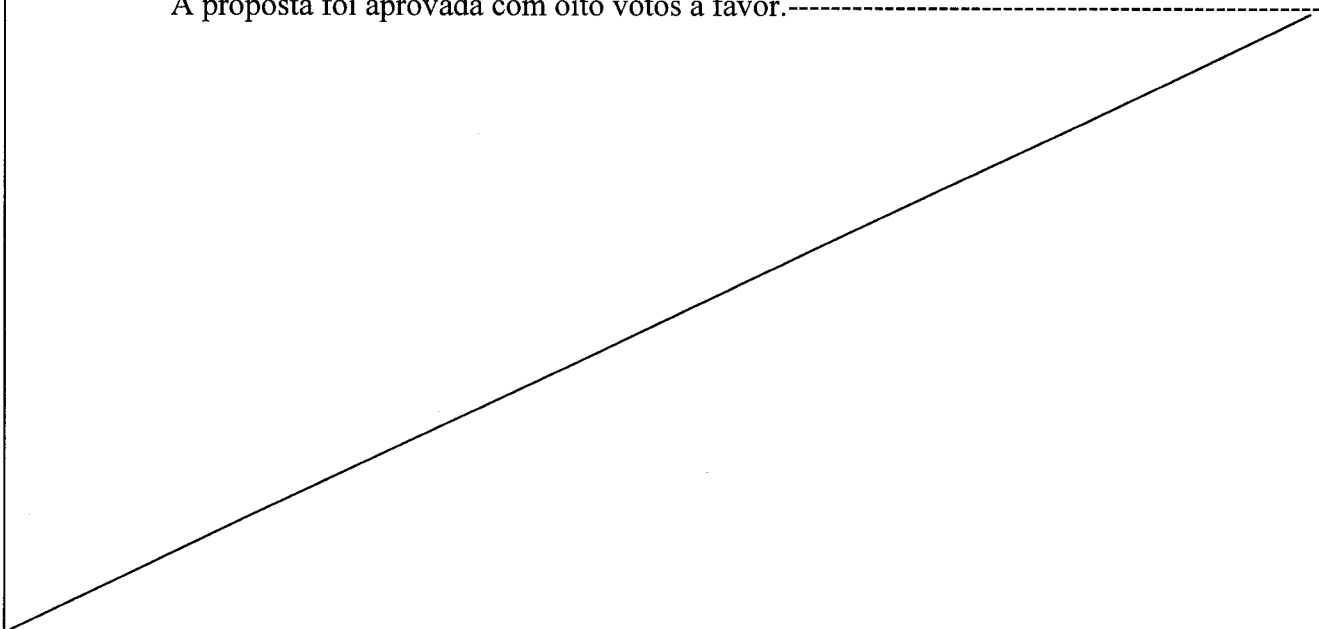
**4. C) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TENDO POR OBJETO O ACOMPANHAMENTO DA RENOVAÇÃO DO SISTEMA DE
GESTÃO DA QUALIDADE.-----**

Presente informação da técnica superior responsável pelo acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, de vinte do corrente mês de março, registada com o número três mil duzentos e sessenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, que tem por objeto o acompanhamento da renovação do sistema de gestão da qualidade, a celebrar com a sociedade Lello Consulting Lda.-----

As despesas estimadas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020220, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1044/2012, de doze do corrente mês de março.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





No fim da votação dos pareceres constantes deste item quatro, os senhores vereadores do Partido Social Democrata apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“O Partido Social Democrata votou favoravelmente os pareceres sobre os contratos de prestação de serviços constantes nas alíneas 4.A), 4.B) e 4.C) da ordem do dia, porque as suas especificidades o justificam. No entanto, lamentam que as informações que suportam a celebração ou renovação destes contratos não nos tenham sido previamente enviadas, para que com tempo e ponderação, pudéssemos de forma consciente exercer as nossas responsabilidades”.-----



A

7

5. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E A UNIVERSIDADE DO PORTO, NO ÂMBITO DO PROJETO DENOMINADO UNIVERSIDADE JÚNIOR DE VERÃO – 2012: APROVAÇÃO

Presente ofício da Universidade do Porto, de vinte e sete de dezembro último, registado com o número treze mil seiscientos e trinta e quatro, a convidar o município de Santo Tirso para continuar com o apoio ao projeto denominado “Universidade Júnior”, que terá lugar de dois a vinte e sete de julho de dois mil e doze, nos termos da minuta de Protocolo remetida em anexo com o referido ofício, que tem por objeto estabelecer as condições de cooperação entre as partes para a participação de estudantes do ensino básico e secundário do concelho de Santo Tirso, nos cursos de Verão, da Universidade Júnior – 2012, organizados pela Universidade do Porto.-----

O senhor presidente propôs que a câmara deliberasse celebrar com a Universidade do Porto um Protocolo de Colaboração, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, composto por duas folhas.-----

As despesas estimadas da câmara municipal decorrentes da execução do aludido Protocolo, nomeadamente com o transporte dos alunos da zona da sua residência para a Universidade do Porto, serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020220, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1115/2012, de vinte e sete do corrente mês de março.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a minuta do aludido Protocolo.-----

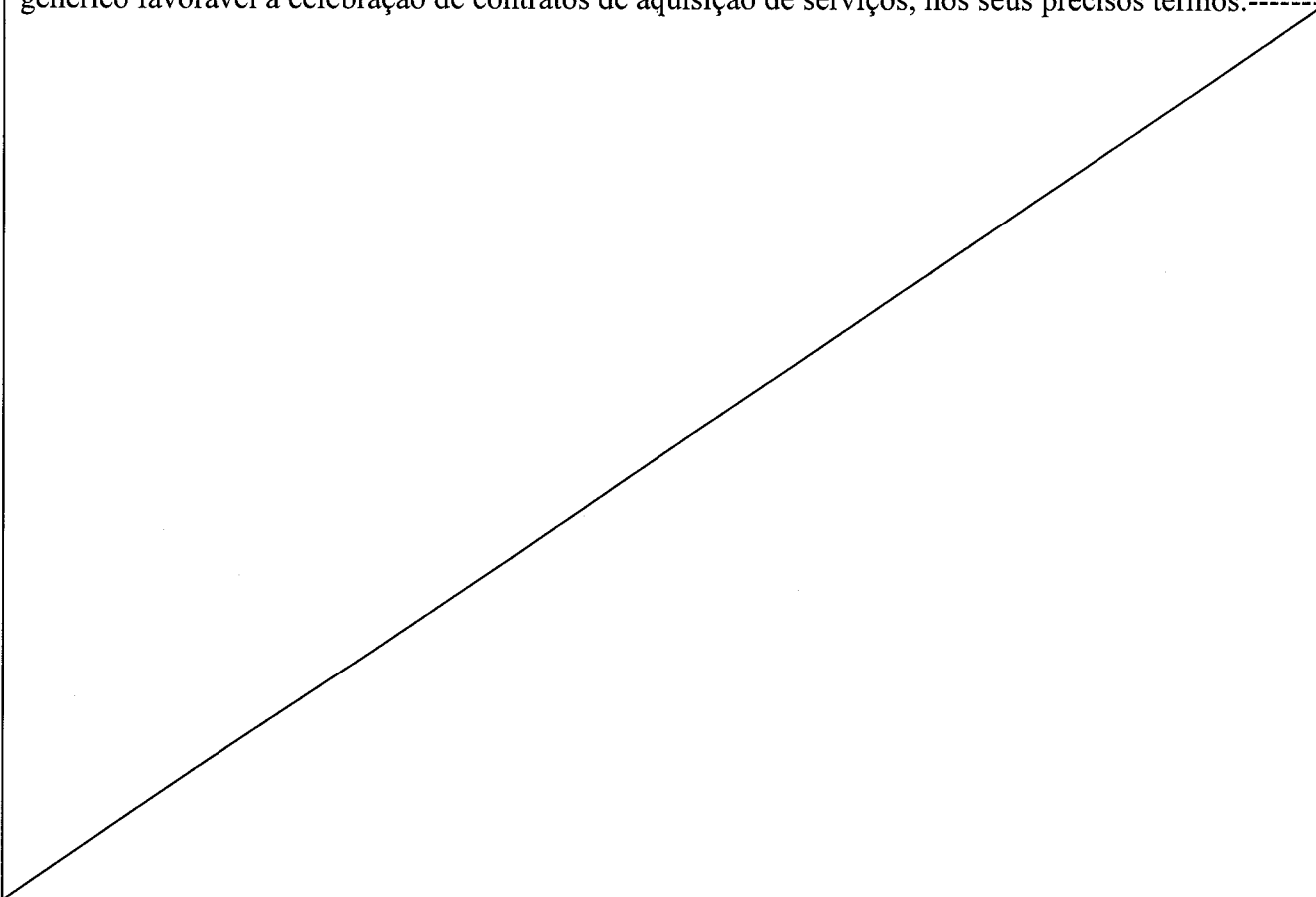


6. PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO GENÉRICO RELATIVO À CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.-----

Presente proposta do presidente da câmara, de dezanove do corrente mês de março, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a aludida proposta, a aplicar quer nos serviços da câmara municipal, quer nos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento. Relativamente ao SMAES, a informação prevista no penúltimo parágrafo da proposta deve ser remetida ao respetivo Conselho de Administração.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a aludida proposta de parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, nos seus precisos termos.-----



PROPOSTA

Parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços

Conforme dispõem os nºs 4 e 8 do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2012, carece de parecer prévio vinculativo da competência da Câmara Municipal, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, pelas autarquias locais, independentemente da natureza da contraparte, nos termos e segundo tramitação regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pela áreas das autarquias locais, das Finanças e da Administração Pública.

No âmbito de aplicação desta norma, o legislador quis englobar todas as aquisições de serviços abrangidas pelo código dos contratos públicos e não só os contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

De acordo com o disposto no nº 5 do referido preceito legal, o parecer prévio destina-se à verificação dos seguintes requisitos:

- a) Execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público (artigo 35º, nº4 da Lei nº 12-A/2009) e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- b) Confirmação da existência de cabimentação orçamental;
- c) Demonstração do cumprimento da redução remuneratória prevista no artigo nº 19º da LOE para 2011.

Parecer este que é prévio à decisão de contratar.

Determina o nº 10 do referido artigo 26º, que são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados sem parecer prévio.

A portaria que veio a regulamentar os termos e tramitação do parecer prévio vinculativo é a Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro.



No entanto, esta portaria apenas estabelece as normas de regulamentação para a administração central do Estado.

De acordo com o disposto na referida portaria, são estabelecidas exceções à regra do prévio parecer, em determinadas situações, desde que genericamente autorizadas.

Prevendo-se a possibilidade de emissão de um parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, tendo em conta os seguintes fatores:

- Valor reduzido do contrato a celebrar com a mesma contraparte;
- Objeto do contrato;
- Duração do contrato.

Ainda não foi publicada a portaria aplicável à administração local.

No entanto, neste vazio legal, tem sido entendimento das entidades com tutela sobre as autarquias locais, designadamente Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e Comissões de Coordenação Regional (CCDR'S), que caso as autarquias pretendam emitir parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, os termos e respetiva tramitação desse parecer têm de se balizar pelo disposto na Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro.

A solicitação casuística do parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal (que só se reúne de 15 em 15 dias) à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços de carácter urgente e de curta duração, demonstra-se inadequada e inviável face à dinâmica destes contratos.

Nestes termos e considerando que se impõe, para normal funcionamento dos serviços, que sejam adotados mecanismos que assegurem a eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, proponho que, nos termos do disposto no nº 4 e 8 do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, a Câmara Municipal delibere emitir parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de aquisição/prestação de serviços nas situações a seguir enunciadas, desde que verificados os requisitos previstos no nº 5 do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro:





a) Celebração de contratos de aquisição de serviços, de valor anual inferior a 5.000,00€ (sem IVA) com a mesma contraparte e o trabalho a executar tenha as seguintes condições:

- Ações de formação que não ultrapassem 132 horas;
- Aquisição de serviços cuja execução se conclua no prazo de 20 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação;

b) Celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços de manutenção ou assistência a máquinas, equipamentos ou instalações, pelo prazo máximo de 1 ano e desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00€ (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

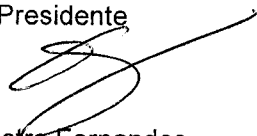
Os serviços que iniciem procedimentos de contratação a coberto desta autorização prévia não o poderão fazer sem confirmação do cumprimento casuístico dos referidos requisitos que a pressupõem.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere que os contratos celebrados ou renovados ao abrigo de parecer genérico favorável sejam remetidos, até ao final do mês seguinte àquele em que foram adjudicados, a reunião da câmara para conhecimento e que os respetivos processos sejam organizados por forma a se poder avaliar o cumprimento e observância do regime legal de aquisição de serviços e o pleno enquadramento dos contratos nos pressupostos que levam à emissão do presente parecer genérico favorável.

Propõe-se ainda que o referido parecer genérico favorável seja aplicável a todos os contratos de prestação de serviços que preencham os referidos pressupostos e que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2012.

Santo Tirso, 19 de março de 2012

O Presidente



Castro Fernandes



7. OUTROS SUBSÍDIOS.-----

A) À JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES – FESTAS DA VILA-----

Presente ofício de doze de janeiro último, da junta de freguesia de Vila das Aves, registado com o número seiscentos e oitenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das “Festas da Vila”, a realizar pela referida junta, que terão lugar de trinta do corrente mês de março a quatro do próximo mês de abril.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Vila das Aves um subsídio no montante de 4.750,00 € (quatro mil setecentos e cinquenta euros).-----

As despesas com a atribuição do presente subsidio serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1112/2012, de vinte e seis do corrente mês de março.-----

O senhor presidente propôs ainda que a presente deliberação produzirá efeitos a partir do próximo dia cinco de abril.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

7. B) À PARÓQUIA DE S. MIGUEL DE VILA DAS AVES – CORTEJO PASCAL.----

Presente ofício de doze do corrente mês de março, da Paróquia de S. Miguel de Vila das Aves, registado com o número dois mil oitocentos e oitenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização do tradicional cortejo pascal.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel de Vila das Aves um subsídio no montante de 1.350,00 € (mil trezentos e cinquenta euros) a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1111/2012, de vinte e seis do corrente mês de março.-----

A presente deliberação produzirá efeitos a partir do dia nove do próximo mês de abril.----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



7. C) À ASSOCIAÇÃO TRAMPOLINS DE SANTO TIRSO – CLUBE DE DESPORTO E AVENTURA.-----

Presente ofício da associação acima identificada, registada com o número doze mil quinhentos e setenta e nove / dois mil e onze, a solicitar o apoio da câmara municipal para a aquisição de fatos de treinos, “t-shirts”, “sweet-shirts”, e sacos desportivos, cuja estimativa orçamental é de 4.800,00 € (quatro mil e oitocentos euros) e a solicitar autorização para estampar nos mesmos a marca “Santo Tirso ConVida”.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o mérito desportivo das atividades desenvolvidas pela associação Trampolins de Santo Tirso;-----

Considerando que esta entidade tem uma ampla colaboração com o município de Santo Tirso no desenvolvimento da sua política na área do desporto;-----

Considerando que os Trampolins de Santo Tirso têm dois atletas de nível internacional;

Considerando que a utilização da marca “Santo Tirso ConVida” no equipamento desportivo é uma forma de divulgar e promover o nome da cidade e do concelho de Santo Tirso;-----

Proponho que a câmara municipal autorize a associação Trampolins de Santo Tirso – Clube de Desporto e Aventura a estampar nos seus equipamentos o slogan “Santo Tirso ConVida” e delibere atribuir à associação um subsídio no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), para ajudar a custear as respetivas despesas, a pagar mediante a apresentação das faturas comprovativas da despesa realizada.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1114/2012, de vinte e seis do corrente mês de março.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



[Handwritten signature]

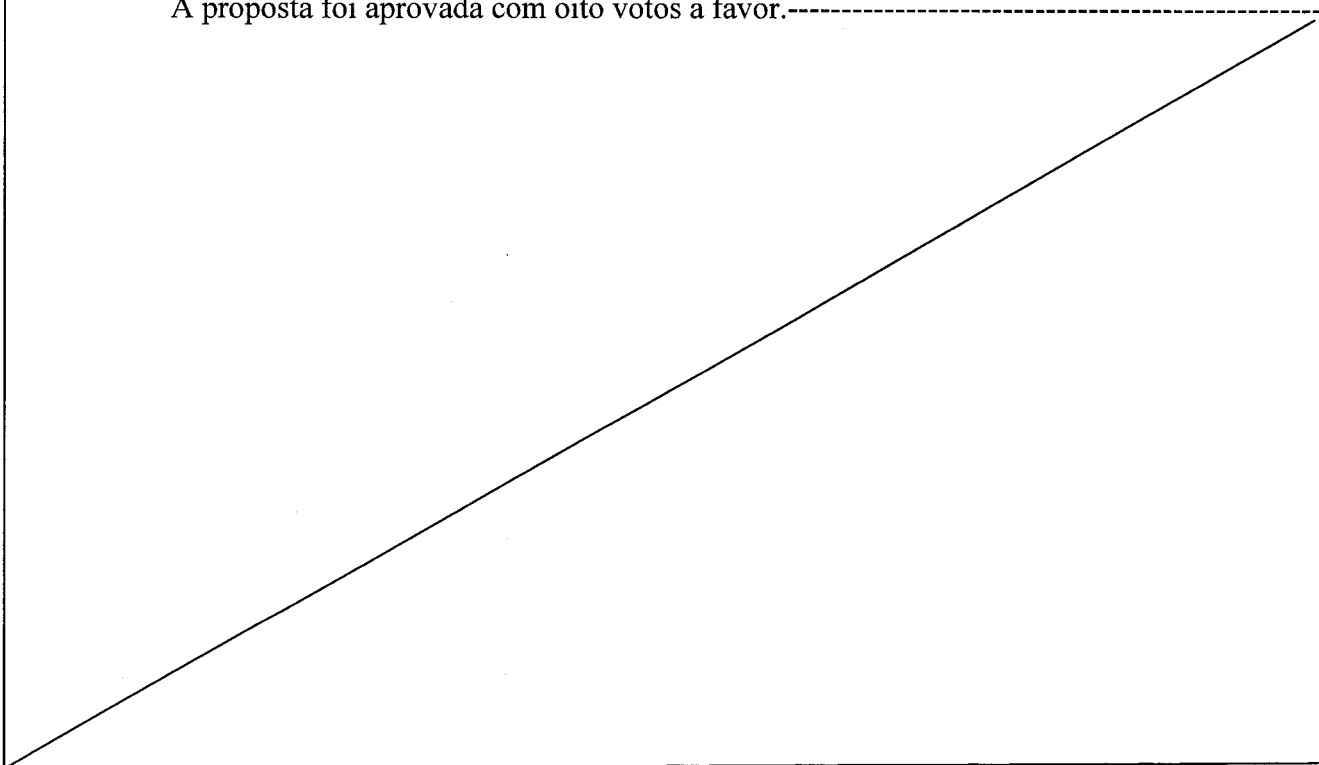
7. D) AO CLUBE DESPORTIVO DE SÃO SALVADOR DO CAMPO: 14º GRANDE PREMIO DE ATLETISMO DA PÁSCOA: PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

Presente ofício de um do corrente mês de março, do Clube Desportivo de São Salvador do Campo, registado com o número dois mil quinhentos e cinquenta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização da 14ª Grande Prova de Atletismo da Páscoa.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir ao Clube Desportivo de São Salvador do Campo um subsídio no montante de 450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimentos números 1113/2012, de vinte e seis corrente mês de março, e 1131/2012, desta data.-----

A presente deliberação produz efeitos no dia útil imediato à realização do referido evento desportivo.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





7. E) À JUNTA DE FREGUESIA DE BURGÃES: CONSTRUÇÃO DE COBERTURA NO PALCO DE S. JOÃO DO CARVALHINHO.-----

Presente ofício de vinte e três do corrente mês de março, da junta de freguesia de Burgães, registado com o número três mil duzentos e setenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 4.674,00 € (quatro mil seiscentos e setenta e quatro euros) para custear as despesas com as obras de construção de uma cobertura no palco de S. João do Carvalhinho.-----

O Departamento de Obras Municipais informa (II_0337/2012) que a obra está concluída e em condições aceitáveis.-----

Mais informa que o valor total dos trabalhos realizados ascende a 4.674,00 € (quatro mil seiscentos e setenta e quatro euros), com IVA incluído.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Burgães um subsídio no montante de 4.674,00 € (quatro mil seiscentos e setenta e quatro euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1117/2012, de vinte e sete do corrente mês de março.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



8. PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 121/09 – S. TIAGO – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE AREIAS – PERMUTA DE ÁREAS DE TERRENO PARA RETIFICAÇÃO DE EXTREMAS.-----

Presente o processo de obras particulares acima referido, relativo ao pedido de licença para ampliação do edifício existente no lugar da Igreja, freguesia de Areias, destinado a Centro de Dia para a Terceira Idade, pretendendo-se não só a ampliação do edifício, mas também a alteração da sua utilização para Lar de Idosos.-----

Do processo consta informação de vinte e dois do corrente mês de março, do diretor do departamento de planeamento e habitação, relativa a uma proposta de acerto de extremas entre o prédio da requerente e a área confrontante do domínio público, nos termos que constam da planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que a área do domínio público a integrar na propriedade privada da associação S. Tiago – Associação de Solidariedade de Areias é diminuta (0,9 m²);-----

Considerando que será integrada no domínio público municipal uma área de 19,80 m² (dezanove vírgula oitenta metros quadrados);-----

Considerando que a permuta proposta, pela configuração daí resultante, confere maior qualidade ao desenho do espaço público;-----

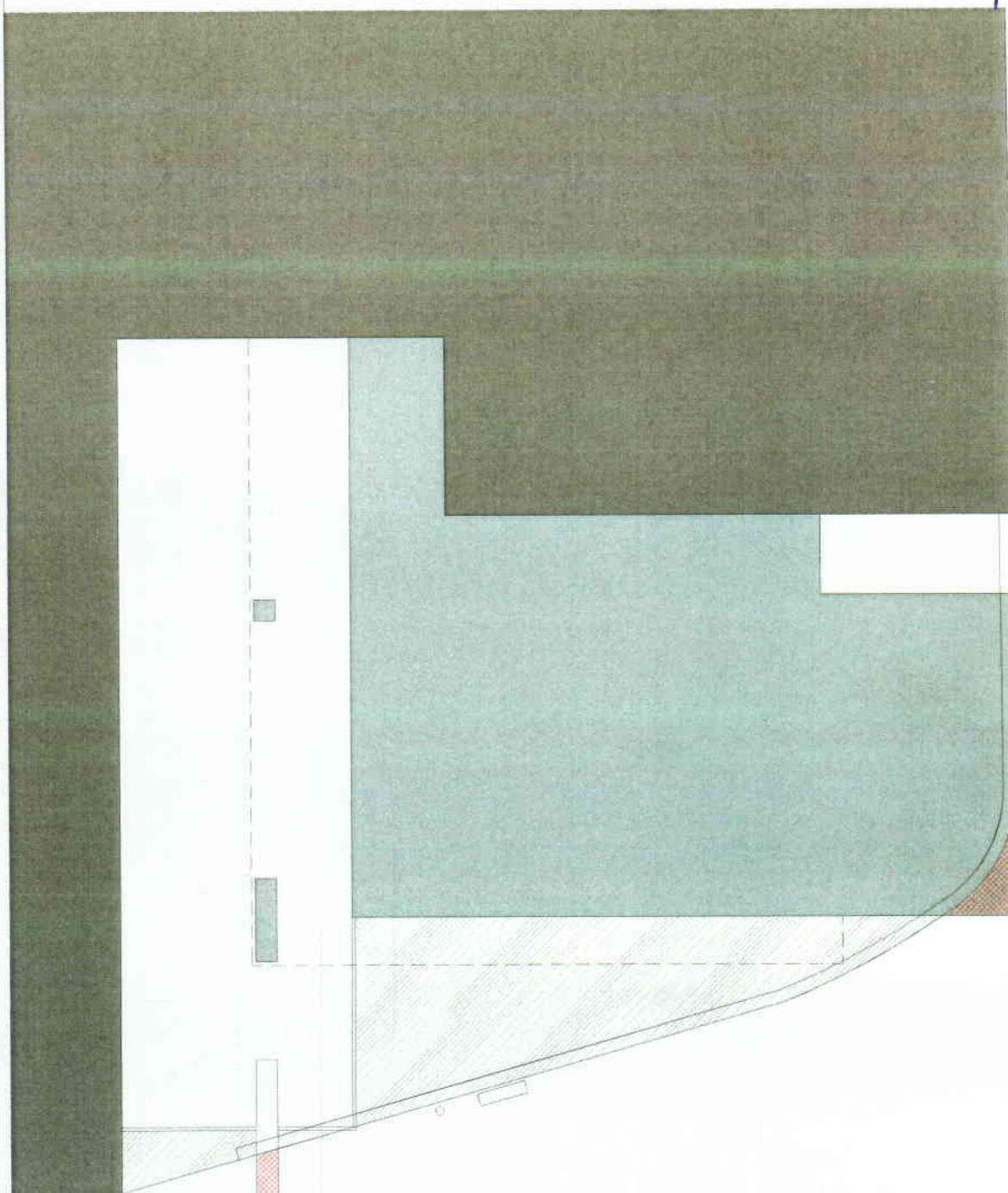
Considerando que a relação custo/benefício inerente a um processo de desafetação do domínio público não justifica a desafetação formal do domínio público da referida área de 0,9 m² (zero vírgula noventa metros quadrados);-----

Proponho que a câmara municipal delibere aprovar a permuta da referida área de 0,90 m² (zero vírgula noventa metros quadrados), que pertence ao domínio público municipal, para integração no prédio urbano sito no lugar da Igreja, freguesia de Areias, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 456 (quatrocentos e cinquenta e seis)



e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo trinta e cinco, integração essa a operar com a realização da operação urbanística em causa, por uma área de 19,80 m² (dezanove virgula oitenta metros quadrados) a retirar do logradouro do identificado prédio urbano e a integrar no domínio público do município.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



LEGENDA

- Edifício existente
- Ampliação
- Área a ceder ao domínio público = 19,80m²
- Área a desafectar do domínio público = 0,90m²



HÍDRIO

S. TIAGO - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE AREIAS

AMPLIAÇÃO DE UM CENTRO DE DIA
Areias - Santo Tirso

PROJECTO DE ARQUITECTURA - ADITAMENTO
Permuta de terreno

ESCALA: 1/100
2011 JUL

PA

15

ED604

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

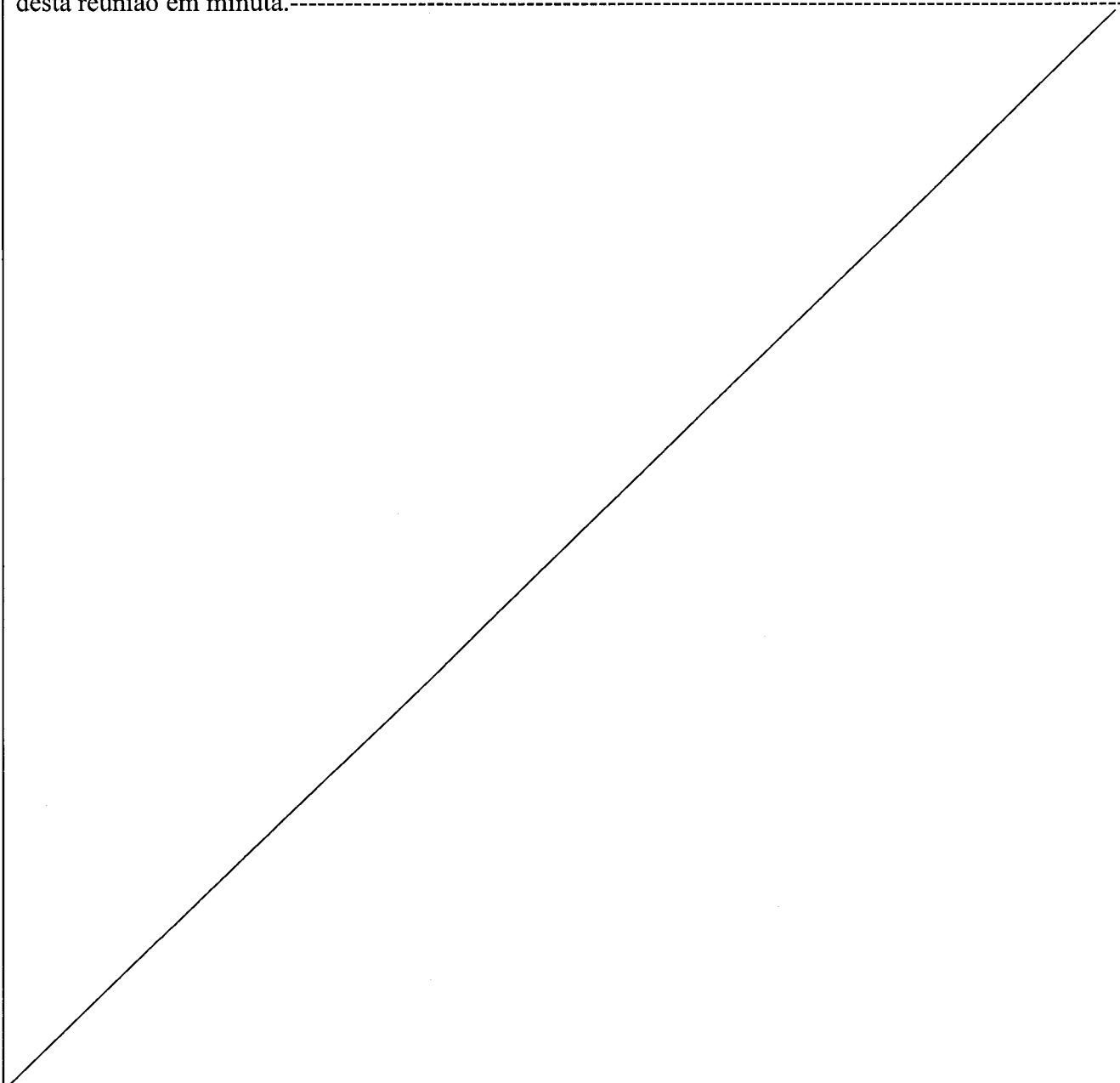
Ata N.º 7 Fl. 26
28 de março de 2012

A

7

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Dez horas e cinquenta e cinco minutos, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem vinte e sete folhas, apenas utilizadas no anverso e três documentos anexos, anexos I e II relativos ao item três, e anexo III relativo ao item cinco, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 11/04/2012 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Cinco da respetiva minuta).-----

A Secretária,